

Após 1919, e não obstante as mudanças operadas nas relações internacionais com o advento da SDN, a aliança inglesa permaneceu a pedra de toque da política externa portuguesa. O ascendente político e económico da Grã-Bretanha pouco se alterou e a instabilidade governamental que grassava em Lisboa não era propícia a um reequilíbrio da aliança favorável a Portugal, que continuava a depender vitalmente de Londres para a segurança das suas comunicações imperiais, para conservar a sua soberania nas colónias, ou para obter crédito externo. Por outro lado, os níveis de violência política e a instabilidade crónica da República continuaram a alimentar os preconceitos das elites britânicas em relação à alegada incompatibilidade entre o parlamentarismo liberal e os povos latinos. Nas vésperas do 28 de Maio, entre os responsáveis do Foreign Office, era já razoavelmente consensual a ideia de que uma solução autoritária em Portugal poderia ser benéfica tanto para os interesses do país como para os do Reino Unido.

Bibliografia: MIRANDA, Sacuntala de, *Portugal. O círculo vicioso da dependência*, Lisboa, Teorema, 1991; RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001 (2.^a ed.); VINCENT-SMITH, John, *As relações políticas luso-britânicas. 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

[Pedro Aires Oliveira]

RELAÇÕES COM A ITÁLIA

As relações entre Portugal e a Itália são geralmente consideradas de segunda ordem de importância – facto que se reflete na ausência de qualquer monografia publicada sobre as mesmas no período contemporâneo, tanto quanto o pudemos documentar. No entanto, elas não são tão irrelevantes a ponto de não merecerem qualquer menção. De que forma importa, então, a Itália, para a política externa da jovem República portuguesa?

No início do século XX, a Itália tendia a ser vista na Europa como efetiva ou potencialmente uma grande potência – quase uma outra Alemanha, o outro Estado que também em 1870 se tinha unificado. É, de facto, como uma grande potência – embora a mais pequena, e aquela a que são dadas menos satisfações – que a Itália participa na Conferência de Paz de Paris que encerra a I Guerra Mundial; em contraste com Portugal que, apesar dos esforços militares do novo regime republicano e de insistentes reclamações dos diplomatas portugueses, tem de se contentar com uma representação ao nível de uma pequena potência. Mais, as tensões criadas pelo desejo de várias potências de rever o *statu quo* da Paz de Versaillles de 1919 contribuíram para dar à política externa da Itália um peso acrescido, facto sublinhado pela importante conferência internacional de Locarno, em 1925. Por essa altura, a novidade do fascismo e o aparente reforço do poder do Estado italiano, por via da ascensão de Mussolini ao poder, em 1922, suscitavam acrescido interesse pela política interna e externa italiana. A Itália viu, portanto, ser-lhe dada bem maior importância na política internacional durante período da I República do que veio a acontecer em períodos mais recentes, e é importante ter isso presente.

A este contexto geral, acresce, no caso específico da diplomacia portuguesa, que a representação do novo regime republicano junto do reino italiano supriu de facto a inexistência de uma representação junto da Santa Sé durante alguns anos; e serviu ainda de janela de observação privilegiada relativamente à política da região balcânica e mediterrânica. No final do século XIX e início do XX tiveram, além disso, em voga ideias de solidariedade racial e civilizacional, de que o florescimento da noção de latinidade, quer em Portugal, quer em Itália, foi exemplo; prometendo esta, se bem que nem sempre cumprindo, laços mais estreitos entre as duas nações. De especial interesse no contexto deste dicionário é o facto de a relação entre o novo regime português e a Itália ser especialmente reveladora do tipo de problemas que se colocaram à ação externa da jovem república num cenário diplomático europeu que continuou a ser dominado por monarquias, até 1918.

A Itália não era, aliás, uma monarquia qualquer. A sua casa reinante, a dinastia de Saboia, creditada com a unificação do país em 1870, mantinha relações de proximidade familiar com a casa real portuguesa por via do casamento da princesa italiana D. Maria Pia com o rei D. Luís I. A dita rainha viu-se forçada pela revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 a sair de Portugal com o resto da família real, tendo então optado por regressar à sua Itália nativa. O rei D. Carlos, assassinado por terroristas republicanos em 1908, era, portanto, primo do monarca reinante em Itália, Vitor Emanuel III (1900-1946), que era, por sua vez herdeiro de um outro monarca assassinado, Humberto I. O rei de Itália dotou generosamente a sua tia D. Maria Pia com o uso de um dos palácios reais e uma subvenção anual de 100 000 liras, num revelador gesto de simpatia. Foi também em Itália que se exilou o infante D. Afonso, duque do Porto, passando largas temporadas na residência romana da sua tia, a rainha-mãe italiana.

Ora, D. Afonso, em vista da ausência de filhos de D. Manuel II, poderia vir a ser o continuador da dinastia portuguesa, e portanto líder dos monárquicos constitucionais. De facto, quando o grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, Magalhães Lima, figura de proa do republicanismo português, visitou Roma pouco depois da revolução do 5 de Outubro de 1910 – a convite da associação Latina Gens, promotora da solidariedade dos povos de raça latina – pediu, informalmente, aos diplomatas portugueses para vigiarem atentamente a ação política do infante. Tal visita é relevante a vários títulos, destacando-se três. Primeiramente, é reveladora do tipo de relações entre portugueses e italianos gerado por redes ideológicas republicanas, mas também de solidariedade maçónica e latina. Em segundo lugar, mostra que Magalhães Lima, ainda que informalmente e em privado, se sentia autorizado a fazer recomendações aos diplomatas portugueses relativamente à forma como deviam desempenhar a sua missão, vendo-os, portanto, como agentes de recolha de informação relativamente a potenciais opositores ao novo regime republicano. Finalmente, é um sinal da ambiguidade, ou pelo menos dos limites deste relacionamento ao nível ideológico, pois o governo republicano português instruiu Lambertini Pinto para que – quando fosse acolher Magalhães Lima à sua chegada a Roma – lhe recordasse formalmente que não deveria perturbar as relações luso-italianas fazendo abertamente propaganda republicana em Itália.

Note-se, aliás, que esta preocupação dos republicanos portugueses relativamente a uma eventual ameaça à jovem e frágil República portuguesa centrada em D. Afonso,

tio de D. Manuel II, não era exclusiva do líder da principal obediência maçónica portuguesa, antes se estendia ao próprio governo. No entanto, segundo testemunho dos diplomatas portugueses em Roma, nada havia a temer a esse respeito, visto que o duque do Porto era politicamente nulo – com um casamento de amor a confirmar esta sua ausência de sentido político, tendo-o levado a cair em desgraça junto da família real italiana. Portanto, nunca a Itália se transformou, como inicialmente se temeu num centro da oposição monárquica ao novo regime republicano português.¹

A I República portuguesa enfrentava, no entanto, um obstáculo adicional no caso das suas relações com o reino de Itália, pois aquilo que antes fora fonte de proximidade podia, agora, tornar-se fonte de tensão e atrito – as ligações entre as casas reais italiana e portuguesa. Mas será que foi realmente assim? Um incidente parece indiciar que assim foi. O chefe da legação portuguesa em Roma, Matias de Carvalho e Vasconcelos, foi dos poucos diplomatas a demitir-se após o 5 de Outubro, por lealdade à coroa portuguesa. De forma semelhante ao marquês de Soveral na Grã-Bretanha, Matias de Carvalho manteve-se como figura grada da elite e família real italianas, o que significou que o que antes era uma vantagem da diplomacia portuguesa se viu anulada ou mesmo transformada em potencial problema. Tanto mais quanto ficou como encarregado de negócios o secretário da legação, Lambertini Pinto, um diplomata de carreira que aparentemente considerou necessário sublinhar as suas fidelidades políticas republicanas de forma menos diplomática, ou pelo menos que desagradou aos Bragança exilados em Itália e aos seus parentes Saboias. Numa recepção ao corpo diplomático dado pela rainha-mãe italiana, esta última terá aproveitado a falta de jeito protocolar de Lambertini Pinto – que se antecipou ao beija-mão – para recusar ostensivamente cumprimentá-lo. O governo português insistiu, minimamente, em satisfações formais, em vão; e o governo italiano refugiou-se no argumento falacioso de que se tratava de uma recepção privada, mas que acabou por ter de ser suficiente para o governo português. O governo republicano acabou por ter de aceitar tal argumento, e considerou mesmo mais prudente a transferência de Lambertini Pinto para Paris, sendo este último qualificado de *gaffeur*, na sequência deste episódio, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto de Vasconcelos, figura insuspeita de preconceitos contrários à diplomacia republicana. Estas dificuldades importam sobretudo na medida em que são reveladoras do tipo de problemas enfrentados pela nova República portuguesa num contexto em que a realeza ainda contava na vida diplomática, ainda muito protocolar numa Europa em que, em 1910, havia apenas mais duas repúblicas, e eram ainda muitos os membros da nobreza titulada a fazerem parte da elite diplomática – sendo precisamente esse o caso do então ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, o marquês de S. Giuliano, que, pelo menos inicialmente, não terá escondido a sua antipatia pela nova República portuguesa.²

Quanto ao caso Lambertini Pinto, apesar da escassez de estudos sobre as relações luso-italianas, há um esboço de debate a respeito do seu significado entre dois

¹ Emídio Garcia, *Um Republicano na Cidade dos Papas: Crónica de uma Época vivida em Roma 1910-1928*. (Vila Nova de Famalicão: Imp. Minerva, 1937), Vol. I, p. 68, 89-93.

² Augusto de Vasconcelos a João Chagas, *Correspondência Literária e Política com João Chagas*. (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1958), Vol. II, p. 136.

historiadores da ação diplomática da I República: enquanto Soares Martinez sublinha o carácter emblemático deste caso nas relações entre os dois países, que teriam azedado com a I República portuguesa, já Veríssimo Serrão vê neste episódio um facto menor, sendo que o interesse do governo italiano em reforçar as relações comerciais com Portugal teria rapidamente prevalecido sobre eventuais pruridos sentimentais da família real italiana, levando rapidamente à assinatura de um acordo comercial, aliás praticamente finalizado antes da tomada republicana do poder.³

Um ponto naturalmente importante a considerar neste contexto é o da forma do reconhecimento pelo Estado italiano do novo regime republicano português. Ele seguiu o padrão geral das monarquias europeias, que esperaram pelo reconhecimento da República portuguesa pelo governo britânico, o qual se verificou em setembro de 1911. Tal aponta para dois factos importantes: o primeiro é o de esta demora traduzir a reserva com que a República portuguesa foi vista, tendo portanto de atravessar um longo período de teste; o segundo e mais importante é que, em termos da política internacional, Portugal era visto como parte da esfera de influência britânica, antes de 5 de Outubro de 1910, e ainda mais depois da tomada do poder pelos republicanos e a consequente necessidade de o Estado português reconquistar legitimidade internacional. Este facto geopolítico fundamental pesou mais do que qualquer outra condicionante na gestão diplomática do facto revolucionário português. Concretamente no caso da Itália, o governo italiano claramente não quis ser uma exceção numa Europa das monarquias e também de uma certa preponderância britânica no Atlântico e no Mediterrâneo, independentemente da proximidade do rei italiano à família real portuguesa deposta.

Igualmente de relevar é o facto das relações com a Itália ilustrarem bem o impacto da instabilidade governativa crónica da I República portuguesa na política externa. Daí resultou um reforço da importância dos representantes diplomáticos portugueses no exterior, que frequentemente se mantiveram no mesmo posto durante largos anos – ao contrário dos fugazes ministros dos Negócios Estrangeiros de sucessivos governos. Foi assim também no caso da representação portuguesa em Itália com Eusébio Leão (1912-1926), igualmente exemplo de uma série de vultos republicanos de alguma importância – tinha sido o primeiro governador civil de Lisboa após a proclamação da República, um cargo da maior relevância no Portugal dos séculos XIX e XX, visto que lhe cabia garantir a lei e a ordem na capital – que se viram reconvertidos em diplomatas de nomeação política numa tentativa de republicanizar a diplomacia portuguesa. Eusébio Leão, no entanto, como outros, foi-se afastando da política interna portuguesa, fosse pelas atrações dos salões diplomáticos no estrangeiro, fosse pelo receio de se envolver nas convulsões políticas do republicanismo.

A gestão de relações entre a nova República portuguesa e o reino de Itália foi, em todo o caso, essencialmente assegurada por Eusébio Leão, que, tendo sido nomeado em dezembro de 1911 para dirigir a Legação Portuguesa, chegou a Roma em março de 1912 e aí permaneceu até maio de 1926.

³ Soares Martinez, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926)*, Lisboa, Verbo, 2001, p. 72-74; J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 2001, Vol. XII, p. 45-48.

Um facto relevante que ilustra o seu distanciamento face à política pátria é o seguinte: embora Leão tenha saído de Portugal com fama de radical no seio do PRP, no entanto, poucos anos depois, em 1917-1928, não se demitiu nem foi demitido pelo sidonismo. Aliás, os seus ofícios diplomáticos mostram que acolheu, até com interesse e mesmo ocasional simpatia, a ascensão do fascismo ao poder em Itália, em 1922, encontrando nele ecos do nacionalismo radical, revolucionário e até de antimonarquismo (taticamente adiado) que aproximavam os fascistas de Mussolini dos republicanos portugueses. Refere-se Eusébio Leão a Mussolini em termos elogiosos do seu talento e energia, e à corrente política liderada pelo *Duce* ora como um serviço patriótico, ora também como um potencial perigo. No entanto, tal avaliação ambígua de uma ditadura fascista ainda emergente – recorde-se que inicialmente Mussolini governou, ainda que cada vez mais ditatorialmente, com Parlamento e Constituição existentes – não foi transferida para a política portuguesa. Este fundador da I República, pois foi um dos que a proclamou da varanda da Câmara Municipal da Lisboa, não deu o benefício da dúvida à Ditadura Militar saída do golpe do 28 de Maio de 1926, demitindo-se do seu posto em Roma, que ocupou durante quase toda a duração da I República.

Em suma, as relações entre Portugal e a Itália no período da I República, depois de um incidente inicial relevador da hostil frieza com que o novo regime foi acolhido pelas elites europeias, tenderam a normalizar-se. Tal facto terá sido facilitado pela durabilidade da República, pela representação oficial do governo português nos funerais de Estado dados pela Itália à rainha D. Maria Pia em julho de 1911, pela longa presença de Eusébio Leão na chefia da legação portuguesa junto do governo italiano e a sua inteligente captação das elites jornalísticas mais progressistas e pelo facto de a proximidade das duas famílias reais poder ser substituída ao nível do simbólico pelo argumento então muito propalado da proximidade civilizacional e racial entre povos latinos.

[Bruno Cardoso Reis]

RELAÇÕES COM A SANTA SÉ

As relações entre Portugal e a Santa Sé ocuparam um lugar fundamental na política externa da I República. O que é paradoxal visto que durante metade da existência do primeiro regime republicano português – entre 1910 e 1918 – não existiu uma relação diplomática normal entre as duas potências. Mas talvez ainda mais paradoxal seja não só o estabelecimento formal dessas relações diplomáticas logo em 1918, por Sidónio Pais, mas sobretudo a sua manutenção pela chamada Nova República Velha, de novo dominada pelo PRP de 1919 em diante, apesar do peso do anticatolicismo militante no movimento republicano, e de só em 1929, já depois do final da I República, o papado ter recuperado, por via dos acordos de Latrão, uma soberania territorial estatal incontestável ainda que agora limitada à Cidade-Estado do Vaticano.